

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA DO CURSO DE FORMAÇÃO**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de texto definitivo** correspondente.
- No **Caderno de Textos Definitivos**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Em cada questão discursiva, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **15,00 pontos**, dos quais até **0,75 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

-- PROVA DISCURSIVA --

Questão 1

Carlos faleceu em 2023, vítima de morte não acidentária. Ele era segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e havia trabalhado e contribuído para esse regime por dez anos, todos posteriores a julho de 1994. Deixou apenas um dependente habilitado, na condição de cônjuge, com quem havia celebrado casamento civil em 15/5/1979. Esse dependente não é deficiente nem inválido e já recebe uma aposentadoria, no valor de dois salários mínimos.

Considerando a situação hipotética apresentada e as normas pertinentes aos benefícios previdenciários por encargos familiares, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos.

- 1 Para que o cônjuge tenha direito à concessão da pensão por morte no caso em apreço, a legislação exige que Carlos tenha cumprido um número mínimo de contribuições a título de carência? [valor: 4,75 pontos]
- 2 Visto que Carlos deixou apenas um dependente habilitado, qual será o percentual total da renda mensal inicial (RMI) da pensão por morte a ser aplicado sobre o salário de benefício? [valor: 4,75 pontos]
- 3 No caso, foram atendidos os requisitos de tempo de contribuição de Carlos ao RGPS e de tempo de casamento exigidos para que a duração do benefício ao cônjuge possa ser superior a quatro meses? [valor: 4,75 pontos]

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Questão 2

Alessandra, vinculada ao RGPS e a um regime próprio de previdência social (RPPS), solicitou certidão de tempo de contribuição (CTC) em 5/1/2023 e pretende transferir para o RPPS o tempo de trabalho prestado à empresa Y. Em seu Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), constam os seguintes registros.

I	empregada de 1/1/2000 a 5/10/2005 na empresa X (RGPS)
II	empregada de 5/2/2003 a 7/9/2010 na empresa Y (RGPS)
III	servidora pública de 10/1/2009 até hoje no órgão público H (RPPS)
IV	auxílio-acidente ativo desde 5/8/2010 (RGPS)

Considerando a situação hipotética apresentada e as normas sobre a emissão da CTC, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos.

- 1 Caso Alessandra tenha trabalhado exposta a agentes nocivos na empresa Y, será permitida a emissão da CTC com a conversão desse tempo especial em tempo comum para contagem recíproca no RPPS? **[valor: 4,75 pontos]**
- 2 Caso Alessandra tivesse recebido auxílio por incapacidade temporária durante o vínculo com a empresa Y, esse período de afastamento poderia ser incluído na CTC? Qual é a condição exigida para essa inclusão? **[valor: 4,75 pontos]**
- 3 Se, após a emissão da CTC, Alessandra constatar erro material no documento, ela poderá requerer a revisão da CTC? Nesse processo de revisão, é permitida a alteração do órgão de destinação da CTC? **[valor: 4,75 pontos]**

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	